



BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIO 2022

PREFEITURA - PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO

PREFEITURA

Prefeitura Municipal de Brejão

Elisabeth Barros de Santana
Prefeita

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
 DEZEMBRO(31/12/2022)



Orçamento Programa - Exercício de 2022

Pág.: 1

GRUPO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJAO

A) QUADRO PRINCIPAL

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		11.593.577,37	5.541.024,38	PASSIVO CIRCULANTE		1.030.409,73	2.475.247,55
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		10.940.930,32	5.062.214,61	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAL		18.282,19	70.841,21
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		10.940.930,32	5.062.214,61	PESSOAL A PAGAR		18.282,19	23.576,18
CONTA ÚNICA	F	446.263,96	3.937.674,60	PESSOAL A PAGAR	F	18.282,19	23.576,18
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	F	10.494.666,36	1.124.540,01	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		0,00	47.265,03
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		0,00	0,00	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)	F	0,00	2.050,73
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		652.647,05	478.809,77	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F	0,00	45.214,30
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		652.647,05	478.809,77	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	F	282.583,44	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		818.612,16	967.560,24
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO	F	0,00	67.300,35	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO		818.612,16	967.560,24
FAMÍLIA PAGO				FORNECEDORES NACIONAIS	F	814.112,16	967.560,24
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO	F	-6.868,07	34.577,74	CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS	F	4.500,00	0,00
MATERNIDADE PAGO				OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES DE CURTO PRAZO	P	376.931,68	376.931,68	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES		0,00	0,00
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO		0,00	0,00	PROVISÕES A CURTO PRAZO		0,00	0,00
ESTOQUES		0,00	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		193.515,38	1.436.846,10
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA		0,00	0,00	VALORES RESTITUÍVEIS		193.515,38	1.436.846,10
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENT		0,00	0,00	CONSIGNAÇÕES	F	189.659,95	1.375.385,47
				DEPÓSITOS JUDICIAIS	F	700,00	700,00
				DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS	F	0,00	65.023,52
				OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	F	3.155,43	-4.262,90
ATIVO NÃO CIRCULANTE		21.985.303,46	18.627.142,50	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		9.692.387,91	10.306.417,60
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		4.406.463,71	2.293.620,17	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAL		9.686.057,61	9.661.218,83
CRÉDITOS A LONGO PRAZO		4.406.463,71	2.293.620,17	PESSOAL A PAGAR		146.791,03	146.791,03
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	P	3.666.392,77	1.741.723,22	PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ORDINÁRIO	P	146.791,03	146.791,03
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	P	184.773,66	169.592,13	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		9.539.266,58	9.514.427,80
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	P	605.370,25	432.375,79	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)	P	934.706,30	1.181.240,72
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO	P	-50.072,97	-50.070,97	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	P	8.604.560,28	8.333.187,08
INVESTIMENTOS		0,00	0,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO		0,00	0,00
IMOBILIZADO		17.578.839,75	16.333.522,33	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO		6.330,30	645.198,77
BENS MÓVEIS		10.474.395,34	9.639.754,11	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A LONGO PRAZO		6.330,30	645.198,77
VEÍCULOS	P	1.389.243,33	1.389.243,33	FORNECEDORES NACIONAIS	P	6.330,30	6.330,30
BENS DE INFORMÁTICA	P	120.691,59	53.858,73	PRECATÓRIOS DE CONTAS A PAGAR - CREDORES	P	0,00	638.868,47
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P	7.291.394,24	7.077.756,66				
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	P	13.808,80	0,00				
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P	966.438,82	553.299,45				
DEMAIS BENS MÓVEIS	P	692.818,56	565.595,94				
BENS IMÓVEIS		9.351.254,10	8.527.513,83				
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	P	1.139.424,89	568.694,25				

Documento Assinado Digitalmente por: JULIO CESAR SAMPAIO DE MELO, ERICA MIRELE DOS SANTOS MOREIRA, ELISABETH BARROS DE SANTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
 DEZEMBRO(31/12/2022)



Orçamento Programa - Exercício de 2022

Pág.: 2

GRUPO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJAO

A) QUADRO PRINCIPAL

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
DEMAIS BENS IMÓVEIS	P	8.211.829,21	7.958.819,58	NACIONAIS - REGIME ORDINÁRIO			
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-2.246.809,69	-1.833.745,61	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO		0,00	0,00
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	P	-455.273,11	-455.273,11	PROVISÕES A LONGO PRAZO		0,00	0,00
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	P	-1.791.536,58	-1.378.472,50	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		0,00	0,00
INTANGÍVEL		0,00	0,00	RESULTADO DIFERIDO		0,00	0,00
DIFERIDO		0,00	0,00				
TOTAL		33.578.880,83	24.168.166,88	TOTAL PASSIVO		10.722.797,64	12.781.665,14
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO		22.856.083,19	11.386.501,73
				PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		0,00	0,00
				RESULTADOS ACUMULADOS		22.856.083,19	11.386.501,73
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		22.856.083,19	11.386.501,73
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P	13.207.957,17	-3.798.062,61
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P	11.386.501,73	14.252.832,17
				AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P	-1.738.375,71	931.732,17
				TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		22.856.083,19	11.386.501,73
				TOTAL		33.578.880,83	24.168.166,88

EDER MARCONE VIEIRA
 CONTADOR
 042.014.874-40

ELISABETH BARROS DE SANTANA
 PREFEITA
 054.926.744-12

JOSE CADENGUE LIRA NETO
 TESOUREIRO
 103.218.494-93

Documento Assinado Digitalmente por: JULIO CESAR SAMPAIO DE MELO, ERICA MIRELE DOS SANTOS MOREIRA, ELISABETH BARROS DE SANTANA
 Acesso em: https://etce.tce-pa.gov.br/ghp/printarquivo.do?seam.CódigoDocumento=893d49f-5d55-42e2-8499-d38449375014

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO
BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO(31/12/2022)

Orçamento Programa - Exercício de 2022



Pág.: 3

B) QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO FINANCEIRO		11.216.645,69	5.164.092,70	PASSIVO FINANCEIRO (1.030.409,73)+RP não Proc.(0,00)		1.030.409,73	2.475.247,55
ATIVO PERMANENTE		22.362.235,14	19.004.074,18	PASSIVO PERMANENTE		9.692.387,91	10.306.417,60
				SALDO PATRIMONIAL		22.856.083,19	11.386.501,73

EDER MARCONE VIEIRA

CONTADOR

042.014.874-40

ELISABETH BARROS DE SANTANA

PREFEITA

054.926.744-12

JOSE CADENGUE LIRA NETO

TESOUREIRO

103.218.494-93

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
 DEZEMBRO(31/12/2022)



Orçamento Programa - Exercício de 2022

Pág.: 4

C) QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)

ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVO		49.800,96	49.800,96	ATOS POTENCIAIS PASSIVO		20.103.637,62	11.296.474,01
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS		0,00	0,00	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS		49.800,96	49.800,96	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		20.103.637,62	11.296.474,01
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		0,00	0,00	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		0,00	0,00
TOTAL		49.800,96	49.800,96	TOTAL		20.103.637,62	11.296.474,01

EDER MARCONE VIEIRA
 CONTADOR
 042.014.874-40

ELISABETH BARROS DE SANTANA
 PREFEITA
 054.926.744-12

JOSE CADENGUE LIRA NETO
 TESOUREIRO
 103.218.494-93

Documento Assinado Digitalmente por: JULIO CESAR SAMPAIO DE MELO, ERICA MIRELE DOS SANTOS MOREIRA, ELISABETH BARROS DE SANTANA
 Acesse em: <https://etec.tce-pg.gov.br/gpp/vvalidaDoc.seam> Código do documento: 8f93d49f-5d55-42e2-8499-d38449375014

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

D) QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DEZEMBRO(31/12/2022)

GRUPO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJAO

Orçamento Programa - Exercício de 2022

Pág.: 1

D) QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 82111XXXX)		Nota	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
			ATUAL	EXERC. ANTERIOR
			0,00	3.250,00
310	SAÚDE-GERAL		0,00	3.250,00
00	RECURSOS ORDINARIOS (ORDINÁRIO)		3.392.055,78	3.585.997,63
001	Ordinario		39.824,07	-19.895,46
100	GERAL TOTAL		128.677,48	22.160,29
110	GERAL		292.866,66	404.905,86
121	REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS		2.328,55	26.294,96
160	CONVENIO GOV FEDERAL INVESTIMENTOS		856.972,37	0,00
200	EDUCAÇÃO		141.204,78	283.117,45
221	ENSINO FUNDAMENTAL-REMUN.APLIC.FINANC.		111.717,53	0,00
250	EDUCAÇÃO-FUNDEB		0,00	-8.176,00
251	EDUCAÇÃO-FUNDEB-MAGISTÉRIO		773,59	0,00
310	SAÚDE-GERAL		1.541.218,96	2.834.285,26
311	SAÚDE-REMUNERAÇÃO APLICAÇÕES FINANCEIRAS		0,00	34.026,78
500	ASSISTÊNCIA SOCIAL		8,74	7,94
510	ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL		276.463,05	9.270,55
01	TRANSFERENCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS (ORDINÁRIO)		-1.130,19	-79.761,49
200	EDUCAÇÃO		-1.130,19	-79.761,49
12	RECURSOS DESTINADOS A MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (VINCULADO)		-65.002,89	-33.341,49
200	EDUCAÇÃO		-63.202,89	-19.282,45
251	EDUCAÇÃO-FUNDEB-MAGISTÉRIO		0,00	-3.481,10
252	EDUCAÇÃO-FUNDEB-OUTROS		-1.800,00	-10.577,94
20	CONTRIBUICOES SOBRE A ARRECADACAO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS REGIONAIS (ORDINÁRIO)		2.249,62	0,00
252	EDUCAÇÃO-FUNDEB-OUTROS		2.249,62	0,00
54	CONTRIBUICOES PROVIDENCIARIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDENCIA SOCIAL (VINCULADO)		0,00	-45.214,30
110	GERAL		0,00	-22.533,00
200	EDUCAÇÃO		0,00	-500,28
310	SAÚDE-GERAL		0,00	-22.181,02
69	CONTRIBUICAO PATRONAL PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PUBLICO (VINCULADO)		0,00	-2.050,73
110	GERAL		0,00	-974,99
200	EDUCAÇÃO		0,00	-1.075,74
81	RECURSOS DE CONVENIOS (VINCULADO)		6.858.063,64	-740.034,47

EDER MARCONE VIEIRA
CONTADOR
042.014.874-40

ELISABETH BARROS DE SANTANA
PREFEITA
054.926.744-12

JOSE CADENGUE LIRA NETO
TESOUREIRO
103.218.494-93





PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

D) QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DEZEMBRO(31/12/2022)

GRUPO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJAO

Orçamento Programa - Exercício de 2022

Pág.: 2

D) QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 82111XXXX)		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
		ATUAL	EXERC. ANTERIOR
150	CONVEIO GOVERNO DO ESTADO INVESTIMENTOS	7.513.098,60	0,00
200	EDUCAÇÃO	-2.941,43	-631.449,61
250	EDUCAÇÃO-FUNDEB	0,00	100,00
310	SAÚDE-GERAL	-651.457,87	-97.443,79
312	SAUDE-COVID-19	0,00	-5.100,00
510	ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL	-635,66	-6.141,07
TOTAL		10.186.235,96	2.688.845,15

EDER MARCONE VIEIRA
CONTADOR
042.014.874-40

ELISABETH BARROS DE SANTANA
PREFEITA
054.926.744-12

JOSE CADENGUE LIRA NETO
TESOUREIRO
103.218.494-93

Documento Assinado Digitalmente por: JULIO CESAR SAMPAIO DE MELO, ERICA MIRELE DOS SANTOS MOREIRA, ELISABETH BARROS DE SANTANA
Acesse em: <https://etce.tce-pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 8f93d49f-5d55-42e2-8499-d38449375014

Apresentação



O presente Balanço Patrimonial foi elaborado com base e em conformidade com o Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, sendo posteriormente atualizado pela Portaria STN nº 438, de 16 de julho de 2012.

As orientações de preenchimento foram estabelecidas pela 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 877/2018, bem como da Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04.

Os fenômenos contábeis de natureza orçamentária, patrimonial e de controle que deram suporte a elaboração deste balanço sofreram interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela *International Federation of Accountants (IFAC)*, respectivamente.

Segundo Marion (2004, p.52) *“O Balanço Patrimonial é o mais importante relatório gerado pela contabilidade. Através dele pode-se identificar a saúde financeira e econômica da empresa no fim do ano ou em qualquer data prefixada. É no balanço patrimonial que estão às informações de como anda a situação da empresa, sua rentabilidade a solvência, se tem capital de giro e por fim se consegue honrar suas dívidas, entre outras informações que podem ser extraídas.”* MARION, José Carlos, E.M. *Análise das demonstrações contábeis*. 2º. ed. São Paulo: Atlas, 2002

Para Assaf Neto (1981, p. 28), *“o balanço servirá como elemento de partida para o conhecimento retrospectivo da situação econômica e financeira de uma empresa, através das informações contidas nos seus vários grupos de contas”*. ASSAF

Documento Assinado Digitalmente por: JULIO CESAR SAMPAYO DE MELO, ERICA AMARELE DOS SANTOS MOREIRA, ELIZABETH BARROS DE SANTANA, PER MARCONE OLIVEIRA
Acesse em: https://arquivo.tce.pe.gov.br/portal/validarDocumento.seam?codigo_documento=31934491-5d55-42e2-8499-138441275014



Documento assinado digitalmente por: JUIZ CARLOS ALBERTO DE MELLO, ERIC MIRANDA DOS SANTOS MOREIRA, ELSABETH BARROS DE SANTANA, EDIR MARCONE VIEIRA. Acesse em: <https://tce.tcepe.gov.br/cedep/validadoc.aspx?Codigo=819709f580542e234994b8449375014>

As ferramentas contábeis disponíveis para a Elaboração deste balanço foram registradas em sistema de Contabilidade Pública SCP9, homologado e disponibilizado pela empresa Fiorilli, o processamento de dados é totalmente informatizado, em particular as dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 7.185, de 27 de maio de 2010. Sendo operacionalizados durante o exercício de 2022. Sendo realizado este processamento pelos servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionado pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições, devidamente assessorados pela M V ASSESSORIA E CONSULTORIA MUNICIPAL

O Balanço Patrimonial Individual (BPI), é a demonstração contábil que evidencia qualitativamente e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que serão registrados em contas de compensação ou controle, além de apresentar quadro específico para aferição dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes e quadro especial para apuração do Superávit Financeiro.

Integra-se ao balanço as notas explicativas, elaboradas em conformidade com o MCASP e Resolução TCE-PE nº 189/2022, conforme anexos XIX e XII, além de apresentar o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIP-CP) com seus respectivos prazos de adesão.

Para melhor compreensão por parte dos usuários da informação contábil, foram feitos ajustes na estrutura do balanço para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE, dentre elas a utilização dos prefixos "P" ou "F" relativo aos atributos "Permanente" e "Financeiro".

Analisando os dados do balanço patrimonial de 2022, observamos que o total do Ativo Circulante (AC) foi de R\$ 11.593.577,37, enquanto o Ativo Não Circulante (ANC) foi de R\$ 21.985.303,46. O Passivo Circulante (PC) apresentou o valor de R\$ 1.030.409,73, enquanto o Passivo Não Circulante (PNC), apresentou o valor de R\$ 9.692.387,91. Utilizando a equação patrimonial, o balanço apresentou Patrimônio Líquido (PL) em



31/12/2022 de R\$ 22.856.083,19.

Para efeito de levantamento do cálculo do Superávit Financeiro para o exercício 2022, definido no §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, consta ao final de 2022 Quadro de Superávit/Déficit Financeiro o valor total de R\$ 10.186.235,96 em fontes recursos vinculados, os quais serão detalhados nas notas explicativas. A seguir se apresentado o balanço patrimonial na íntegra e na sequência as Notas Explicativas.

ELISABETH BARROS DE SANTANA

PREFEITA



Documento Assinado Digitalmente por: JULIO CESAR SAMPAIO DE MELO, ERICA MIRELE DOS SANTOS MOREIRA, ELISABETH BARROS DE SANTANA, EDER MARCONE VIEIRA
Acesse em: <https://e-receita.pe.gov.br/pepp/validaDoc.aspx?cam=Codigo-do-documento:8993449f-5d55-42e2-8499-438449375014>

a) Informações Gerais:

Nome do órgão ou entidade: Prefeitura Municipal de Brejão – PE (PMT)
Natureza jurídica (conforme código da RFB): 124-4 - Município.
CNPJ: 10.131.076/0001-00
Domicílio do órgão ou entidade: Rua Melquíades Bernardes, S/N – CEP: 55325-000. CODIGO DO MUNICÍPIO: 2602407
Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade: A Prefeitura Municipal de Brejão concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124- 4 “Município” possui como atividade principal “a administração pública geral”. Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). A população estimada pelo IBGE é de 6.737 habitantes, tendo como coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 0,6. Durante o exercício de 2022 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 959 de 03 de novembro de 2021 (LOA para o ano de 2022)
Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida na Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 7ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP 16.7 Consolidação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31, 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.
Consolidação das demonstrações contábeis: A consolidação desta demonstração contábil abrange os órgãos da administração direta e indireta, conforme relação a seguir: 1) Prefeitura Municipal de Brejão; 2) Fundos Municipal de Saúde (FMS); 3) Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS); 4) Fundo da Criança e do Adolescente.
Dados do gestor (Prefeito do Município): Nome: Elisabeth Barros de Santana. Cargo: Prefeita. Período de gestão: 01/01/2022 a 31/12/2022
Dados do contador da Prefeitura e demais Fundos responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, consolidação e elaboração das notas explicativas: Nome: Eder Marconi Vieira. CRC-PE nº PE-027904/O-8. E-mail: eddervieira@gmail.com
Dados do Secretário de Finanças responsável pela execução orçamentária, financeira e patrimonial Prefeitura Municipal: Nome: Sandoval Cadengue de Santana.
Dados do Controlador Geral do Município: Nome: Julio César Sampaio.
Nome do Software de Contabilidade utilizado no município: Fiorilli – SCPI
Endereço eletrônico do Portal da Transparência: www. http://brejao.pe.gov.br/transparencia



B) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

b.1. Resumo das políticas contábeis significativas:

Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis de identidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu às regras estabelecidas na parte V do MCASP 7ª Edição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Na consolidação das demonstrações contábeis não foi considerado o 5º nível igual a 2 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). A Nota 1 "a" do Anexo I da Resolução TC nº 112/2020 trata da necessidade de agregação (soma) dos dados contábeis das entidades não de exclusão de contas do 5º nível. A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

b.2.1 Bases de mensuração utilizadas: O balanço patrimonial foi elaborado sobre o regime de competência em atendimento as NBCASP. Para tanto, a execução orçamentária e fiscal dos atos e fatos contábeis se baseou nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

b.2.2 O caixa e equivalente de caixa: Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo "depósitos restituíveis", que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo "F" de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para "P" de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

b.2.3 Créditos a curto prazo: Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.4 Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo: São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

b.2.5 Estoques: Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

b.2.6 Ajuste para perdas dos créditos tributários: Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2022, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2022, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

b.2.7 Imobilizado: O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

O setor de patrimônio do município deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos a depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

b.2.7 Intangível: Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o



saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

b.2.8 Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão: Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

b.2.9 Passivo circulante e não circulante: As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10 Empréstimos e financiamentos: Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11 Provisões: As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12 Apuração do resultado: No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do município segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas: Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.

b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis: Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Orçamentário. A classificação de ativos, a constituição de provisões, o reconhecimento de variações patrimoniais e a transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outros órgãos e entidades serão apontados nas notas explicativas do balanço patrimonial.



C) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS

c.1. Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		11.593.577,37	5.541.024,38
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		10.940.930,32	5.062.214,61
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		10.940.930,32	5.062.214,61
CONTA ÚNICA	F	446.263,96	3.937.674,60
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	F	10.494.666,36	1.124.540,01
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		652.647,05	478.809,77
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		652.647,05	478.809,77
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	F	282.583,44	0,00
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO	F	0,00	67.300,35
FAMÍLIA PAGO			
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO	F	-6.868,07	34.577,74
MATERNIDADE PAGO			
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES DE CURTO PRAZO	P	376.931,68	376.931,68
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
ESTOQUES		0,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENT		0,00	0,00

Nota 1) ATIVO CIRCULANTE: Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício de 2022 foram de R\$ 11.593.577,37, compostos de caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores, investimentos, estoques e despesas (VPD) pagas antecipadamente.



Nota 2) CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA: O saldo das disponibilidades financeiras deixadas em 31/12/2022 somam R\$ 10.940.930,32. O valor disponível apresentou Acréscimo de R\$ 5.878715,72 em relação ao exercício de 2021 que foi de R\$ 5.062.214,61.



Caixa e Equivalente de Caixa	Valor de Saldo ao final do Exercício anterior 31/12/2021, para o Exercício 2022.
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	R\$ 10.494.666,36
Cota Única	R\$ 446.263,96
Cota Única RPPS	R\$ 00,00
Total	R\$ 10.940.930,32

Nota 3) DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO: Segregação dos ativos com os atributos "F" e "P":

ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		652.647,05	478.809,77
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		652.647,05	478.809,77
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	F	282.583,44	0,00
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO	F	0,00	67.300,35
FAMÍLIA PAGO			
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO	F	-6.868,07	34.577,74
MATERNIDADE PAGO			
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES DE CURTO PRAZO	P	376.931,68	376.931,68

NÍVEIS	VALOR	ATRIBUTO
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	R\$ 286.583,44	F
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO	R\$ 0,00	
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERINIDADE PAGO	R\$ -6.868,07	F
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	R\$ 0,00	F
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	R\$ 376.931,68	F
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	R\$ 0,00	
Total	R\$ 652.647,05	

Nota 4) INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO: O valor evidenciado no total de R\$ 0,00, compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade. Registra os investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN n° 3.992/2010 e 4.392/2014.

Nota 5) ESTOQUE: O saldo do estoque inicial em 31/12/2022 foi de R\$ 0,00 e as incorporações em 2021 somam R\$ 0,00.



Documento Assinado Digitalmente por: ELISABETH BARROS DE SANTANA, EDER MARCONE VIEIRA
 Assinatura: 84449375014

ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO NÃO CIRCULANTE		21.985.303,46	18.627.192,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		4.406.463,71	2.293.620,77
CRÉDITOS A LONGO PRAZO		4.406.463,71	2.293.620,77
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	P	3.666.392,77	1.741.770,22
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	P	184.773,66	169.592,33
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	P	605.370,25	432.370,99
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO	P	-50.072,97	-50.070,17
INVESTIMENTOS		0,00	0,00
IMOBILIZADO		17.578.839,75	16.333.520,63
BENS MÓVEIS		10.474.395,34	9.639.744,51
VEÍCULOS	P	1.389.243,33	1.389.243,33
BENS DE INFORMÁTICA	P	120.691,59	53.820,48
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P	7.291.394,24	7.077.705,26
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	P	13.808,80	0,00
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P	966.438,82	553.290,15
DEMAIS BENS MÓVEIS	P	692.818,56	565.590,44
BENS IMÓVEIS		9.351.254,10	8.527.513,83
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	P	1.139.424,89	568.690,25
DEMAIS BENS IMÓVEIS	P	8.211.829,21	7.958.823,58
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-2.246.809,69	-1.833.740,11
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	P	-455.273,11	-455.273,11
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	P	-1.791.536,58	-1.378.467,00
INTANGÍVEL		0,00	0,00
DIFERIDO		0,00	0,00

Nota 06) ATIVO NÃO CIRCULANTE: Os ativos de longo prazo, compostos do ativo realizável a longo prazo, imobilizado e intangível totalizam R\$ 21.985.303,46.

Nota 07) AJUSTES PARA PERDAS DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A LONGO PRAZO: Os crédito tributário a receber contabilizados no ano de 2022, estão discriminados em memória de cálculo a seguir:

Prefeitura Municipal de Brejão		Previsão de Lançamento do Mercantil			Pag.: 1
Governo de Brejão		Tributu's - Sistema de Tributos Municipais- Modulo: DÍVIDA ATIVA			15/02/2023 07:13
Ano	Valor em UFIR	Valor Corrigido	Multa	Juros	Total
2018	4.288,3000	5.259,17	525,92	3.188,87	8.973,96
2019	19.800,9000	23.541,26	2.354,15	11.127,45	37.022,86
2020	29.921,5000	34.283,99	3.428,40	12.352,28	50.064,67
2021	33.265,5000	36.612,02	3.661,22	6.066,73	46.339,97
2022	37.037,5000	37.037,50	3.703,75	1.630,95	42.372,20
Total =>	124.313,7000	136.733,94	13.673,44	34.366,28	184.773,66

ELISABETH BARROS DE SANTANA, EDER MARCONE VIEIRA
 Assinatura: 84449375014



Previsão de Lançamento Não Tributária

Tributu's - Sistema de Tributos Municipais- Modulo: DÍVIDA ATIVA

15/02/2023 07:11

Ano	Valor em UFIR	Valor Corrigido	Multa	Juros	Total
1996	97.614,8200	258.747,60	25.874,76	840.929,71	1.125.552,00
1997	59.215,7000	151.302,04	15.130,20	473.575,37	640.007,60
2008	210.000,0000	384.993,00	38.499,30	696.837,33	1.120.329,60
2013	134.721,5100	208.643,20	20.864,32	252.458,28	481.965,80
2014	47.410,0000	70.621,94	7.062,19	76.977,91	154.662,00
2015	39.975,0000	63.566,81	6.356,68	61.659,80	131.583,20
2021	8.935,0000	9.833,86	983,39	1.475,08	12.292,30
Total =>	597.872,0300	1.147.708,45	114.770,84	2.403.913,48	3.666.392,77



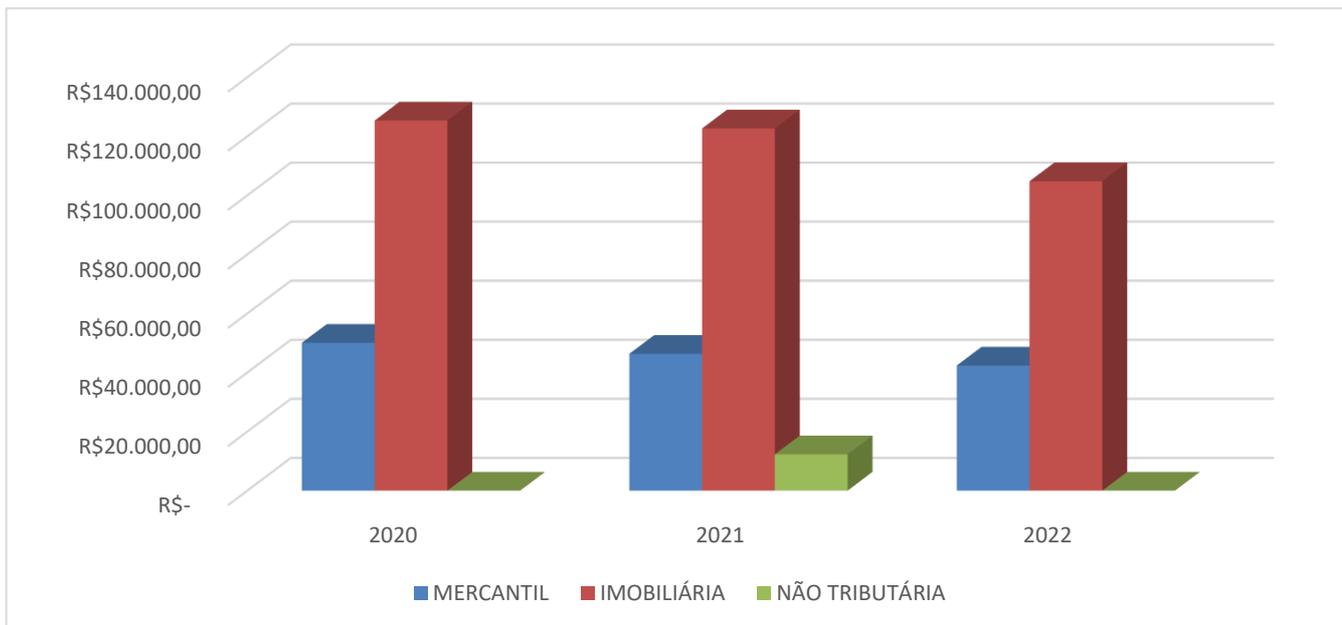
Previsão de Lançamento do Imobiliário

Tributu's - Sistema de Tributos Municipais- Modulo: DÍVIDA ATIVA

15/02/2023 07:11

Ano	Valor em UFIR	Valor Corrigido	Multa	Juros	Total
2018	63.831,2600	78.282,74	7.828,50	39.158,32	125.269,50
2019	71.398,2700	84.885,51	8.488,84	33.946,89	127.321,20
2020	76.781,5200	87.976,28	8.797,46	28.574,37	125.348,10
2021	85.753,4200	94.380,73	9.438,04	18.836,33	122.655,10
2022	93.549,5000	93.549,50	9.355,44	1.871,30	104.776,20
Total =>	391.313,9700	439.074,76	43.908,28	122.387,21	605.370,20

DÍVIDAS TRIBUTÁRIA E NÃO TRIBUTÁRIAS



Documento Assinado Digitalmente por: JULIO CESAR SAMPAIO DE MELO, ERICA MIRELE DOS SANTOS MOREIRA, ELISABETH BARROS DE SANTANA, EDER MARCONE VIEIRA



Previsões sistêmicas matemáticas de Arrecadação da Dívida Tributária e não Tributária: Observação:

Base de cálculos com atribuições de referência data base do exercício 2022 adicionados 4% ano a ano para compor multas e juros:

Dívida Não Tributária		Dívida Ativ. Imobiliária	Dívida Ativ. Mercantil
2023	R\$ 12.784,02	R\$ 108.967,29	R\$ 44.067,09
2025	R\$ 13.295,38	R\$ 113.325,98	R\$ 45.829,77
2026	R\$ 13.827,20	R\$ 117.859,02	R\$ 47.662,96
2027	R\$ 14.380,29	R\$ 122.573,38	R\$ 49.569,48

Nota 8) IMOBILIZADO: O valor do imobilizado ao final do exercício de 2022 totalizou R\$ 17.578.839,75. Sendo bens móveis na ordem de R\$ 8.906.881,95, e R\$ 9.085.021,88 para bens imóveis, e ainda uma depreciação de R\$ 413.064,08.

Quadro de detalhamento patrimonial para o exercício de 2022:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO

VARIAÇÕES E BALANÇO DOS BENS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIO 2022
BREJÃO - PERNAMBUCO

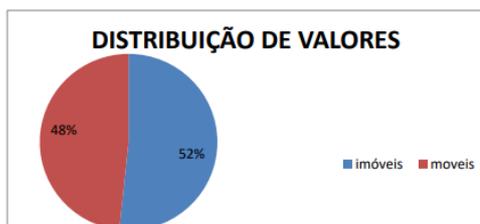
BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO

CATEGORIAS		SALDO ANTERIOR	AQUISIÇÕES/INCRP.	DEPRECIÇÕES	TOTAL GERAL + DP + AQUISIÇÕES
CAT. ECON.: 4.4.90.51	BENS IMÓVEIS	R\$ 8.261.281,61	R\$ 823.740,27		R\$ 9.085.021,88
CAT. ECON.: 4.4.90.52	BENS MÓVEIS	R\$ 8.072.240,72	R\$ 834.641,23	R\$ 413.064,08	R\$ 8.493.817,87

BENS IMÓVEIS + BENS MÓVEIS = R\$ 17.578.839,75

LANÇAMENTO CONTÁBIL - 2022 - JANEIRO A DEZEMBRO			
BENS IMÓVEIS	4.4.90.51	R\$	9.085.021,88
BENS MÓVEIS	4.4.90.52	R\$	8.493.817,87

* EM ATENDIMENTO AS NORMAS CONTÁBEIS - MANUAL SIAFI/2022



Assinatura Contabilidade:

Assinatura Presidente do Instituto:

ANO BASE: 2022

Nota 09) INTANGÍVEL: Os valores registrados no ativo intangível relativo a softwares utilizados nos equipamentos de informática da entidade totalizam R\$ 0,00. O setor de patrimônio não nos repassou até o fechamento do balanço as informações relativas a amortização acumulada para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste. Sugerimos que a administração tome medidas no sentido de controlar em tempo real os bens intangíveis para compatibilização com os dados contábeis



PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO CIRCULANTE		1.030.409,73	2.475.247,55
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS		18.282,19	70.841,21
PESSOAL A PAGAR		18.282,19	23.576,18
PESSOAL A PAGAR	F	18.282,19	23.576,18
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		0,00	47.265,03
CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)	F	0,00	2.050,73
CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F	0,00	45.214,30
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		818.612,16	967.560,24
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO		818.612,16	967.560,24
FORNECEDORES NACIONAIS	F	814.112,16	967.560,24
CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS	F	4.500,00	0,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES		0,00	0,00
PROVISÕES A CURTO PRAZO		0,00	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		193.515,38	1.436.846,10
VALORES RESTITUÍVEIS		193.515,38	1.436.846,10
CONSIGNAÇÕES	F	189.659,95	1.375.385,47
DEPÓSITOS JUDICIAIS	F	700,00	700,00
DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS	F	0,00	65.023,53
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	F	3.155,43	-4.262,90

Nota 10) PASSIVO CIRCULANTE: As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício de 2022 foram de R\$ 1.030.409,73.

Nota 11) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO: O valor das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar foi de R\$ 18.282,19.

Segregação dos ativos com os atributos "F" e "P":

NÍVEIS	VALOR	ATRIBUTO
PESSOAL A PAGAR	R\$ 18.282,19	F
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	R\$ 0,00	F
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	R\$ 0,00	F
SUBTOTAL	R\$ 18.282,19	



Nota 12) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CURTO PRAZO): Corresponde as dívidas decorrentes de operações de crédito cujas parcelas tem vencimento até 31/12/2022. Não houve registro de empréstimos e financiamentos a curto prazo.

Nota 13) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR CURTO PRAZO: Ao final do exercício de 2022 ficou em restos a pagar o valor de **R\$ 818.612,16 relativo a fornecedores e contas a pagar**. O exercício anterior que foi de R\$ 967.560,24.

Nota 14) PROVISÕES A CURTO PRAZO: Não foi constituída provisão a curto prazo:

Nota 15) DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO: As demais obrigações a curto prazo são compostas pelas **consignações R\$ 189.659,95**, depósitos não judiciais de **R\$ 0,00** e outros valores **restituíveis de R\$ 3.155,43** e depósitos **judiciais R\$ 700,00** que totalizaram o **valor de R\$ 193.515,38**. O detalhamento das Demais Obrigações a Curto Prazo encontra-se demonstrado na Demonstração da Dívida Flutuante.

Nota 16) PASSIVO NÃO-CIRCULANTE: As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício de 2022 foram de R\$ 9.692.387,91.

PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	9.692.387,91	10.306.417,60
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS	9.686.057,61	9.661.218,83
PESSOAL A PAGAR	146.791,03	146.791,03
PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ORDINÁRIO	P 146.791,03	146.791,03
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	9.539.266,58	9.514.427,80
CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)	P 934.706,30	1.181.240,72
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	P 8.604.560,28	8.333.187,08
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	6.330,30	645.198,77
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A LONGO PRAZO	6.330,30	645.198,77
FORNECEDORES NACIONAIS	P 6.330,30	6.330,30
PRECATÓRIOS DE CONTAS A PAGAR - CREDORES NACIONAIS - REGIME ORDINÁRIO	P 0,00	638.868,47
OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00

Nota 17) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR: Conta o valor de R\$ 9.686.057,61, corresponde as dívidas decorrentes de parcelas em dívidas da Prefeitura junto ao RPPS apresentando este saldo até 31/12/2022.

A) CONTRIBUIÇÃO AO RGPS - PARCELAMENTO PREVIDENCIÁRIO: Valor do Parcelamento Especial:



Parcelamento(s) Previdenciário(s) da RFB : Consulta de Acompanhamento de Parcelamento(s)

CNPJ: 10.131.076/0001-00 - MUNICIPIO DE BREJAO

21/02/2023 11:45:04

Selecione um dos parcelamentos para a consulta ao Extrato de Parcelamento:

PARCELAMENTO(S) REALIZADOS(S) NA UNIDADE DA RFB

Nº Parcelamento	Modalidade	Data da Negociação	Situação do Parcelamento	Saldo Devedor (R\$)	Dt. Atualização Saldo	Extrato
641167563	Especial Lei nº 13.485/17 - PREM	28/07/2017	ATIVO (EM DIA)	8.604.560,28	18/02/2023	

Modalidade

Especial Lei nº 13.485/17 - PREM

Nº do Parcelamento

641167563

Saldo Devedor do Parcelamento

R\$ 8.604.560,28

Origem do Pedido

Unidade da Receita Federal

Data de Atualização do Saldo Devedor

18/02/2023

Data da Negociação

28/07/2017

Quantidade de Parcelas concedidas

194

Situação do Parcelamento

ATIVO (EM DIA)

Quantidade de Parcelas restantes

133

Memória de Cálculo

Detalhar

Nota 18) EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS FORNECEDORES E CONTAS A LONGO PRAZO: Ao final do exercício de 2022 apresenta **R\$ 6.330,30** referente a Fornecedores Nacionais.

Nota 19) Avaliação Externa das Provisões (NBC T SP 03 – Item 103): As provisões matemáticas foram realizadas pelo atuário:



PROVISÕES MATEMÁTICAS – CONTABILIDADE – DATA-BASE: 31/12/2022

Operação	Plano de Contas		R\$
C	2.2.7.2.1.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	108.813.588,31
C	2.2.7.2.1.01.00	FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	0,00
C	2.2.7.2.1.01.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES CONCEDIDAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	-
D	2.2.7.2.1.01.99	OUTRAS DEDUÇÕES: Contribuições do Ente	-
D	2.2.7.2.1.01.03	CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	-
D	2.2.7.2.1.01.04	CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	-
D	2.2.7.2.1.01.05	COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	-
D	2.2.7.2.2.01.01	COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA - FUNDO EM REPARTIÇÃO - BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	-
C	2.2.7.2.1.02.00	FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	0,00
C	2.2.7.2.1.02.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES A CONCEDER DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	-
D	2.2.7.2.1.02.02	CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	-
D	2.2.7.2.1.02.03	CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR E FUTURO APOSENTADO/PENSIONISTA PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	-
D	2.2.7.2.1.02.04	COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	-
D	2.2.7.2.2.02.03	COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA - FUNDO EM REPARTIÇÃO - BENEFÍCIOS A CONCEDER	-
C	2.2.7.2.1.03.00	FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	55.752.944,08
C	2.2.7.2.1.03.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES CONCEDIDAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	61.947.715,64
D	2.2.7.2.1.03.99	OUTRAS DEDUÇÕES: Contribuições do Ente	-
D	2.2.7.2.1.03.03	CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	-
D	2.2.7.2.1.03.04	CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	-
D	2.2.7.2.1.03.05	COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	6.194.771,56
C	2.2.7.2.1.04.00	FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	53.060.644,23
C	2.2.7.2.1.04.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES A CONCEDER DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	109.467.128,42
D	2.2.7.2.1.04.02	CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	22.729.885,68
D	2.2.7.2.1.04.03	CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR E FUTURO APOSENTADO/PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	22.729.885,68
D	2.2.7.2.1.04.04	COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	10.946.712,84
D	1.2.1.1.2.08.00	CRÉDITOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DEFICIT ATUARIAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	-
D	1.2.1.1.2.08.01	VALOR ATUAL DOS APORTES PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL	-
C	2.3.6.2.1.01.00	RESERVAS ATUARIAIS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	-
C	2.3.6.2.1.01.01	RESERVA ATUARIAL PARA CONTINGÊNCIAS	-

Nota 20) **DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO:** O saldo das demais obrigações a curto prazo foi de R\$ 0,00.



PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		22.856.083,19	11.386.501,73
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		0,00	0,00
RESULTADOS ACUMULADOS		22.856.083,19	11.386.501,73
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		22.856.083,19	11.386.501,73
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P	13.207.957,17	-3.798.062,61
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P	11.386.501,73	14.252.832,17
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P	-1.738.375,71	931.732,17
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		22.856.083,19	11.386.501,73

Nota 21) PATRIMÔNIO LÍQUIDO: O patrimônio líquido da entidade perfez em 2022 valor de R\$ 22.856.083,19. Os Resultados Acumulados de exercícios anteriores foram de R\$ 11.386.501,73. O Resultado do Exercício no valor de R\$ 13.207.957,17 e Ajustes de Exercícios Anteriores R\$ - 1.738.375,71.

D) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1.Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos: Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos.
d.2.Divulgações não financeiras: Não se aplica a este demonstrativo.
d.3.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro: Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.
d.4.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros: Não há o que registrar quanto a este demonstrativo

E) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

31/12/2021	31/12/2022
R\$ 0,00	R\$ 0,00
R\$ 0,00	R\$ 0,00

F) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE FINANCIAMENTOS QUE NÃO



ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

31/12/2021	31/12/2022
R\$ 0,00	R\$ 0,00
R\$ 0,00	R\$ 0,00

G) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO X E XI DA RESOLUÇÃO TCE- PE Nº 190/2022 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

G.1. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis: Esta demonstração contábil atende às exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos, demais créditos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques e variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanente, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das



fontes de recursos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

Saldos significativos de Caixa e Equivalentes de Caixa NÃO Disponíveis: Não existem saldos significativos de caixa e equivalentes de caixa que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais ou controle cambial.**106):** Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.

G 2. Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação (NBC T SP 01 – Item 106):

houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.

G. 3. Passivos Perdoados (NBC T SP 01 – Item 106): O montante relativo a passivos perdoados foi de R\$ 0,00.

G 4. Heranças, Presentes e Doações (NBC T SP 01 – Item 107):

DESCRIÇÃO	TIPO/CLASSE	VALOR(R\$)
HERANÇAS		0,00
PRESENTES		0,00
DOAÇÕES		0,00
	TOTAL	0,00



H) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIP-PCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS - PARTE I DO MCASP				
AÇÃO	Adoção do Procedimento Contábeis Orçamentários			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	O orçamento foi elaborado seguindo as normas estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, observando todos os princípios orçamentários e a Lei Federal nº 4320/64. As receitas da Câmara são originadas das receitas orçamentárias do Município, transferidas de recursos não vinculados e na forma de transferências para manutenção do poder legislativo.	Setor de Contabilidade	02/01/2015	Concluída
2	Classificação da Receita Orçamentária A receita orçamentária da Câmara é classificada como transferência financeira	Setor de Contabilidade	02/01/2015	Concluída
3	A despesa está distribuída em Classificação Institucional, Classificação funcional e pela natureza, distribuído em Categoria Econômica, Grupo de Natureza de Despesa, Elemento de Despesa e modalidade de aplicação.	Setor de Contabilidade	02/01/2015	Concluída
4	O sistema orçamentário está interligado com o sistema contábil, oferecendo oportunidade para acompanhar a execução orçamentária através do sistema contábil.	Setor de Contabilidade	02/01/2015	Concluída
5	Adoção dos Procedimentos contábeis Orçamentários	Setor de Contabilidade	Imediato	Concluída
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - PARTE II DO MCASP				
AÇÃO	1. Recolhimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Preparação do sistema de informática utilizado pela Câmara para elaboração do Balanço Patrimonial evidenciando os créditos a receber	Setor de Contabilidade	Imediato	Concluída
2	O Balanço Patrimonial é apresentado segundo as orientações do MCASP, com o Ativo e o Passivo distribuído em Ativo Circulante e Ativo não Circulante Passivo Circulante e Passivo não Circulante. Demonstrando, ainda o Ativo e Passivo Financeiro e Permanente, segundo a Lei 4.320/64.	Setor de Contabilidade	Imediato	Concluída
3	Reconhecimento, mensuração e evidenciação de Créditos a receber	Setor de Contabilidade	Imediato	Concluída
AÇÃO	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Reconhecimento e mensuração das obrigações com Fornecedores	Setor de Contabilidade	31/12/2021	Concluída
2	Reconhecimento e mensuração das obrigações previdenciárias por Competência	Setor de Contabilidade	31/12/2021	Concluída



3	Sistema informatizado adequado à metodologia de registro de obrigações e provisões por competência	Setor de Contabilidade	31/12/2021	Concluída
AÇÃO	3. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Verificar os ativos e passivos contingentes que devem ser lançados em contas de controle e em notas explicativas	Setor de Contabilidade	31/12/2021	Concluída
AÇÃO	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Reconhecimento e evidênciação dos bens móveis, avaliação e depreciação	Setor de Contabilidade	31/12/2020	Concluída
2	Reconhecimento e evidênciação dos bens imóveis, avaliação e depreciação	Setor de Contabilidade	31/12/2021	Concluída
AÇÃO	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Obrigações e Provisões para o 13º salário Obrigações decorrentes do 13º salário, por competência, devidas a servidores efetivos, comissionados e contratados.	Setor de Contabilidade	31/12/2018	Concluída
2	Obrigações e Provisões para férias Obrigações decorrentes de férias adquiridas, por competência, devidas a servidores efetivos, comissionados e contratados.	Setor de Contabilidade	31/12/2018	Concluída
AÇÃO	6. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
SUBAÇÃO	PRODUTO	REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Empenhamento da Despesa por competência	Secretaria da Câmara	Realizado	Concluída
2	Processamento da Despesa por competência	Secretaria da Câmara	Realizado	Concluída
AÇÃO	7. Recolhimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Demais obrigações lançadas por competência	Secretaria da Câmara	a ser definido	Concluída
AÇÃO	8. Recolhimento, mensuração e evidenciação de software, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.			
SUBAÇÃO		REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
1	Mensuração e evidenciação de bens intangíveis Adequação do sistema para reconhecimento e contabilização dos bensintangíveis	Setor de Contabilidade	31/12/2022	Concluída

DECLARAÇÕES FINAIS E FUNDAMENTOS:

O Balanço Patrimonial é o demonstrativo contábil que evidencia, quantitativa e qualitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, através das contas representativas do patrimônio público, bem como as contas de compensação, tendo sua estrutura formada em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido.



A classificação dos elementos patrimoniais, no termos da NBC T 16.6, considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base nos seus atributos de conversibilidade e exigibilidade. Bezerra filho (2014, p. 224), frisa que no “patrimônio líquido deve ser evidenciado o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores, além de outros itens.” Por fim, o Balanço Patrimonial pode ser considerado como o demonstrativo que apresenta a situação patrimonial em um determinado momento.

Referenciais:

TCE-PE/2022 RESOLUÇÃO Conteúdo da Prestação de Contas Prefeituras poder Executivo
MV ASSESSORIA CONTÁBIL 2022. 2 BALANÇO PATRIMONIAL – PREFEITURA DE BREJÃO – PE.
BEZERRA FILHO, João Eudes. Contabilidade aplicada ao setor público. 1 ed.São Paulo: Atlas, 2014.

Brejão-PE , 31 de dezembro de 2022.

Elisabeth Barros de Santana

Prefeita

Eder Marccone Vieira Contador

CRC/PE nº 027904/0-8
